

**INFLAÇÃO**

IPCA do IBGE (em %)

Abril/2006	0,21
Maio/2006	0,10
Junho/2006	-0,21
Julho/2006	0,19
Agosto/2006	0,05

Economia - Brasil

## POLÍTICA ECONÔMICA

Especialistas desaprovam a proposta do governo federal de fazer o ajuste nas contas públicas por meio da queda dos juros e do crescimento do Produto Interno Bruto. Corte de gastos é essencial

# Discurso insustentável

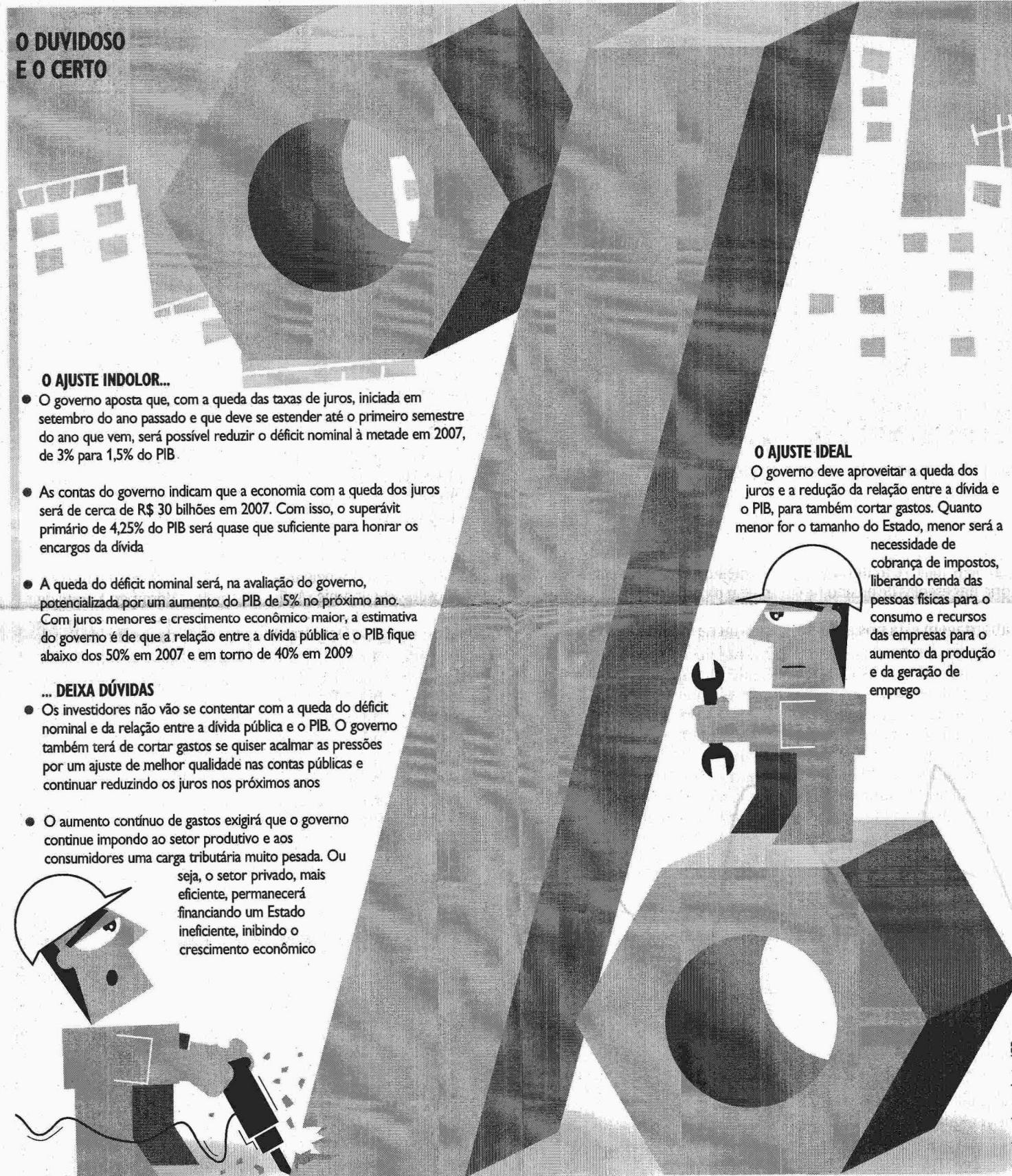
VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

O governo já afinou o discurso para aplacar as pressões em favor do corte de gastos no caso de reeleição do presidente Lula. A ordem é dissipar a visão de que o ajuste das contas públicas virá sem traumas, por meio da queda das taxas de juros e do ritmo mais forte do crescimento econômico. O discurso está sendo difundido, principalmente, pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Em entrevista ao Correio, ele afirmou que o Brasil vai zerar o déficit nominal (que inclui as despesas com juros) no próximo mandato de Lula e a dívida pública cairá dos atuais 50% para 40% do Produto Interno Bruto (PIB). "Depois disso, ninguém vai poder dizer mais nada", disse.

Nas contas de Mantega, já no ano que vem, o déficit nominal estará próximo de 1,5% do PIB, metade do rombo de 3% previsto para este ano. Essa queda será possível, segundo ele, devido à redução da taxa básica de juros (Selic), que começou em setembro do ano passado e deve se estender ao longo de 2007, e ao crescimento econômico de 5% do PIB. "Com os juros em baixa, com o PIB crescendo 5% ao ano, a velocidade de queda da dívida será forte", disse. Por isso, justificou o ministro, não há necessidade de cortes drásticos nos gastos públicos, como prega a oposição. "Não sou favorável a tratamento de choque. Sou contra, principalmente, quando as coisas estão caminhando harmonicamente na direção correta, como agora", ressaltou.

Mantega acrescentou ainda que, diante de uma conta menor de juros, o superávit primário (receitas menos despesas, sem considerar os encargos da dívida) de 4,25% do PIB será suficiente para manter o equilíbrio das contas públicas. "Com os ajustes que foram feitos nos últimos anos, passamos do purgatório (dos juros altos) para o paraíso (juros em baixa e inflação sob controle)", enfatizou. Esse paraíso, segundo o ministro, será ainda melhor, pois o governo cumprirá a promessa



A arte: Amaro Junior/CB

de cortar, por ano, pelo menos 0,1 ponto percentual das despesas em relação ao PIB. Isso, garantiu, permitirá ao setor público ampliar os investimentos e reduzir a carga tributária que atormenta o setor produtivo.

### Estratégia reprovada

Na avaliação dos especialistas, boa parte do discurso de Mantega é insustentável. "Realmente, o efeito da queda dos juros sobre o déficit nominal e sobre a relação entre a dívida pública e o PIB será

positivo. Mas isso não indicará que o governo fez o ajuste fiscal necessário", disse Newton Rosa, economista-chefe da Sul América Investimentos. Para ele, sem o corte de gastos, haverá um limite para a queda da Selic — dos atuais

14,25% para algo entre 12,5% e 12%. "A partir daí, os juros só continuarão caindo se realmente o governo fizer uma forte contenção de suas despesas, que cresceram a um ritmo alucinante nos últimos anos", assinalou.

COLABOROU RICARDO ALLAN

Segundo Sílvio Campos Neto, economista-chefe do Banco Schahim, também o crescimento econômico de 5% ao ano prometido pelo ministro da Fazenda será impossível de ser atingido diante da atual estrutura de gastos do governo. "Para que a economia se expanda a essa taxa, será preciso reduzir o tamanho do Estado. Ou seja, o próximo governo — seja comandado por Lula, seja tocado por Geraldo Alckmin — terá que impor limites para os gastos. Se não houver cortes drásticos nas despesas, que pelo menos elas passem a aumentar menos do que o PIB", disse. "Só assim o Estado conseguirá abrir mão de parte dos recursos que retira das empresas e da população, direcionando-a para o incremento da produção e do consumo", afirmou.

Ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes destacou que a redução do déficit nominal e a menor relação entre a dívida pública e o PIB, por causa da queda dos juros, já estão previstas pelo mercado. Por isso, o risco Brasil está girando em torno dos 200 pontos. "Esse nível do risco-país mostra que os investidores afastaram qualquer possibilidade de o Brasil recorrer a um calote. Mas não significa dizer que o mercado esteja satisfeito com o tamanho da máquina pública, que não cabe mais na economia", frisou.

Thadeu disse acreditar que, influenciada pelos últimos cortes da Selic — a expectativa é de que a taxa caia mais 0,5 ponto amanhã, para 13,75% ao ano —, a economia possa crescer um pouco acima de 4% em 2007. "Mas no ano seguinte já perderá o fôlego, por causa do peso da carga tributária e da falta de reformas que dêem maior dinamismo ao país", assinalou. "Juros altos, como os que vimos nos últimos anos, dificultam o crescimento. Mas, taxas baixas, sozinhas, não são suficientes para alavancar a economia, se ela convive com um Estado enorme e que tira cada vez mais recursos da sociedade. É isso que o governo tem de reconhecer e fazer o possível para mudar", concluiu Campos Neto, do Schahim.